

## A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal

**Lenora de Castro Barbo**

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

[lenorabarbo@gmail.com](mailto:lenorabarbo@gmail.com)

**Andrey Rosenthal Schlee**

Professor Adjunto e Diretor da Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo FAU/UnB

[andreyrosenthal@gmail.com](mailto:andreyrosenthal@gmail.com)

### RESUMO

O estudo tem por objetivo recuperar quais eram os caminhos de ocupação do Planalto Central, nos atuais limites do Distrito Federal, nos sécs. XVIII e XIX. A grande distância que separa Goiás do litoral, assim como suas especificidades históricas, resultou no estabelecimento de uma rede de antigas estradas coloniais e no desenvolvimento, especialmente nas fazendas goianas, de um estilo de vida peculiar com a adoção de soluções para os problemas que lhes eram próprios. A redescoberta dos caminhos reais no Planalto Central permitirá uma série de ações voltadas para a proteção do seu patrimônio cultural e a reafirmação da sua importância histórica. O trabalho, inicialmente, consistiu em levantar o traçado do percurso de importantes vias de comunicação do Brasil colonial que passavam, há mais de duzentos anos, pelo Planalto Central. Na ausência de outra documentação e estudos sobre o tema, a pesquisa foi realizada com base na cartografia histórica – treze mapas elaborados entre 1749 e 1895 – e a partir do relato de cronistas e viajantes, dos sécs. XVIII e XIX, que exploraram a região e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura e iconografia. Será estudado o material produzido por treze cronistas, sendo quatro do séc. XVIII e nove do séc. XIX: José da Costa Diogo (1734); Tosi Colombina (1751); José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1773); Luís da Cunha Menezes (1778); Johann Baptist Natterer (1818); Raimundo José da Cunha Matos (1823); Visconde de Taunay (1875); Virgílio Martins de Mello Franco (1876); Oscar Leal (1889); Luiz Cruls (1892-1896); Hastimphilo de Moura (1892); Antonio Martins de Azevedo Pimentel (1892-1894) e Henrique Morize (1892-1895).

**PALAVRAS-CHAVE:** cartografia histórica; caminhos de ocupação do Planalto Central; estradas coloniais; cronistas e viajantes nos sécs. XVIII e XIX.

### I - INTRODUÇÃO

A história do povoamento do interior brasileiro está vinculada à abertura das rotas terrestres e a conquista das vias fluviais a partir do século XVI, quando as bandeiras paulistas se expandiram na busca de braços indígenas para as lavouras e, a partir dos anos de 1700, na busca de pedras preciosas. Em 1719, foi descoberto ouro no Mato Grosso e, a seguir, em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva Filho e seus companheiros descobriram ouro em Goiás, dando início ao povoamento paulista na região. Em razão da descoberta, já em 1730, a Coroa restringiu as vias de circulação, inicialmente a um único caminho. Em 1732, os viajantes foram forçados a entrar em Goiás pelos registros mandados estabelecer no rio Jaguary (São Paulo) e foram proibidas

as picadas para as Minas dos Guayazes (para melhor fiscalizar e cobrar o direito de entrada e cessar o extravio de ouro). Não era sem razão a grande preocupação da Coroa, pois as numerosas picadas já então abertas para Goiás, do Maranhão e Piauí, assim como da Bahia e de Minas Gerais, eram portas francas para a prevaricação e o contrabando:

“pela picada de Goiás ia ter os denominados currais do rio S. Francisco, por onde entrava grande comércio de gados e fazendas, se escoava também o ouro em pó, quase que a única moeda então existente para toda a espécie de transações”.<sup>1</sup>

As Estradas Reais foram os mais importantes eixos de povoamento da região do Planalto Central, durante todo o séc. XVIII e parte do séc. XIX, e eram os principais troncos viários das quatro capitanias do centro-sul da colônia: Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

“Como que prenunciando o futuro, entroncavam-se no Distrito Federal, há dois séculos e meio, duas das mais importantes estradas da história da colonização brasileira, autênticas vigas mestras soldando por dentro a união do país e curiosamente ligando Brasília às capitais que a antecederam: Salvador e Rio de Janeiro. A estrada de Salvador vinha pelo sertão baiano e (...) prosseguia para (...) Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Mato Grosso, aos pés do rio Guaporé, divisando a fronteira boliviana, a mais ocidental povoação portuguesa a confrontar os domínios de Espanha no século XVIII. Estendia-se por cerca de 2,8 mil quilômetros e, enquanto jorrou ouro em Goiás e Mato Grosso, constitui-se na principal estrada mercantil do país por léguas transpostas. Já a estrada do Rio de Janeiro para São Luís e Belém do Pará dava entrada na capitania de Goiás pelo registro de Arrependidos, dirigindo-se a Luziânia. (...) Em Luziânia a Estrada Real do Rio de Janeiro podia despejar diretamente para Oeste, para Pirenópolis, onde encontrava outra estrada importante pelo pioneirismo: a que ligava São Paulo às minas de Goiás. Se o viajante porém quisesse seguir para o Norte, de Luziânia dirigia-se, através do Plano Piloto de Brasília, para a Contagem de São João e depois para Planaltina, (...) atingindo Belém do Pará pela região bragantina. (...) esse ‘simile’ da futura Belém - Brasília media seus bons 3,5 mil quilômetros desde o Rio de Janeiro”.<sup>2</sup>

Nos documentos históricos, as estradas coloniais eram referenciadas por nomes diversos, tais como *Estrada Geral do Sertão*, *Picada da Bahia*, *Picada de Goiás*, *Estrada Real dos Goyazes*, *Estrada dos Currais*, *Estrada do Sal*, *Caminho das Minas dos Goyazes*, *Estrada dos Couros*, *Estrada da Contagem de São João*... Mas, no trecho em que cruzavam o atual território do Distrito Federal (DF), elas praticamente se sobrepunham, traçando um percurso principal na sua porção norte, de onde partiam duas picadas que se encontravam em Santa Luzia (Luziânia), ao sul do DF. Grande parte dos trechos das estradas coloniais não existe mais, foram aniquilados pela explosão de Brasília. Caminhos cujos percursos foram destruídos pelo tempo, esquecidos nas páginas da história, deliberadamente ignorados a partir da construção da Capital - imaginada como emblema da modernidade, símbolo do entusiasmo e da união nacional.

A redescoberta dos caminhos reais no Planalto Central permitirá uma série de ações voltadas para a proteção do seu patrimônio cultural e a reafirmação da sua importância histórica. Com o objetivo de mapear o percurso dessas importantes vias de comunicação do Brasil colonial que passavam, há mais de duzentos anos, pelo Planalto Central nos limites do atual DF, recorreremos à cartografia histórica, complementada com os relatos de viajantes, dos sécs. XVIII e XIX, que exploraram a região e documentaram suas impressões. Serão analisados treze mapas elaborados entre 1749 e 1895 e estudado o material produzido por treze cronistas, sendo quatro do séc. XVIII e nove do séc. XIX.

<sup>1</sup> ALENCASTRE (1979, p. 51). *Anais da Província de Goiás: 1863*. p. 51.

<sup>2</sup> BERTRAN (2000, p. 139). *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. p. 139.

## II - CARTOGRAFIA HISTÓRICA

### II.1 - 1749 – Carta da Capitania de Goyaz

Provavelmente, é o primeiro mapa a mostrar os limites de Goiás, elevado a Capitania em 1749<sup>3</sup>. Na “Carta da Capitania de Goyaz”, o território está delimitado por uma faixa de cor amarela. O ponto de referência da Carta é a capital, Villa Boa de Goyaz, de onde irradiam inúmeros caminhos tanto para os arraiais de Goyaz, como para Cuyaba, capital da Capitania de Mato Grosso. Os pontilhados pretos indicam os caminhos utilizados para comunicação entre os sítios, contendo sempre a indicação do número de léguas entre os mesmos. O mapa traz informações e rotas, tanto terrestres quanto fluviais, que cortavam a capitania e assinala, também, os rios, córregos e outros marcos naturais da região. Em texto manuscrito na Carta, o autor relacionou o nome das vilas, arraiais e da capital, marcando cada uma deles no mapa. Na Carta, a área onde se encontra o atual Distrito Federal é uma mancha em branco e o percurso marcado nas proximidades registrou apenas os arraiais de Santa Luzia e Meia Ponte. A omissão não significa que a região ainda não fosse caminho de passagem para as minas do Goiás, visto que, quinze anos antes, o tropeiro José da Costa Diogo, em diário manuscrito, relatou sua viagem e de seus companheiros por São João das Três Barras, ao norte do DF.<sup>4</sup> A primeira das fontes pesquisadas, o Dossiê de Goiás<sup>5</sup>, apresenta a “Carta da Capitania de Goyaz” (fig. 1 mapa 1), como sendo de 1749, de autoria do Secretário da Capitania, Antonio Cardoso. Já para o historiador BERTRAN (2000)<sup>6</sup>, Ângelo dos Santos Cardoso<sup>7</sup> foi “... o primeiro cartógrafo do Brasil Central, o qual forneceu seu mapa pioneiro ao italiano Tossi Colombina, e para este ficou toda a fama depois”. Os autores do livro “Viagem pela Estrada Real dos Goyazes”<sup>8</sup> apresentam o “Mapa da Capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas” (fig. 1. mapa 2) como sendo de autoria de Tossi Colombina, de 1751. O livro reproduz o diário de José Diogo da Costa, que em 20 de junho de 1734, juntamente com Joaquim Barbosa e outros camaradas saiu da Fazenda do Acary, nas margens do Rio São Francisco, em busca das minas dos Goyazes. Até o momento, seu diário de viagem é o relato mais antigo de que se tem conhecimento de uma viagem pelas terras do DF. Os viajantes entraram no DF pela porção nordeste do território, vindo da Bandeirinha, logo depois da Lagoa Feia, em Goiás. Seguiram em direção à Lagoa Mestre D’Armas; continuaram em direção ao oeste até chegar a Sobradinho, passaram pela Contagem de São João das Três Barras, acompanharam a Serra de São João (Chapada da Contagem) seguindo sempre na direção oeste, saíram dos limites DF pela Colina do Rodeador.

“Nos 10 deste chegamos a lagoa Fea; he este lago muito grande, e se curva e verte a agoas para a estrada que vem de São Paulo; desta lagoa pequena distâncião as principais cabeceiras do Rio Tocantins, chamado lá Maranhão (...) Aquy nestas fazendas acabam as povoações antigas e principião as novas depois que se abriu o caminho para os Goyazes.”<sup>9</sup>

<sup>3</sup> Este mapa tem sido motivo de controvérsias por parte de historiadores, consultado em cinco fontes, que o tem identificado como produzido em datas e por autores diferentes.

<sup>4</sup> ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO (2006). *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*.

<sup>5</sup> IPHAN; FUNPEL (2000). *Dossiê de Goiás*. Concluído em 2000, resultou no título de "Patrimônio da Humanidade" para a Cidade de Goiás, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

<sup>6</sup> BERTRAN (2000, p. 55-57). *História da terra e do homem no Planalto Central ...* p. 55-57.

<sup>7</sup> Bertran escreve que Ângelo Cardoso, português, secretário do primeiro governo da Capitania de Goiás, como atento observador, em 1755, em carta ao Marquês de Pombal descreveu a população que veio inicialmente a povoar Goiás, suas riquezas minerais, agricultura, costumes, etc.

<sup>8</sup> ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO (2006, p. 65, 74, 78). *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. p. 65, 74, 78.

<sup>9</sup> ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO (2006, p. 39-41). *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. p. 39-41.

O tropeiro nos deixa a certeza que essa região não era um deserto, mas uma passagem importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso. Graças ao seu relato, que cita nominalmente os pontos transpostos, podemos reconhecer hoje os sítios por onde andou, visto que muitos ainda conservam a mesma toponímia e, também, confirmar que o caminho do ouro por Goiás cruzava o território do atual Distrito Federal antes mesmo de 1734. COSTA (2005 e 2007), tanto em “Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real”<sup>10</sup>, quanto em “Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império”<sup>11</sup>, não identifica o autor do “Mapa da Capitania de Goiás” (fig. 1 mapas 3 e 4), mas cataloga a Carta como sendo de 1753. PINHEIRO e COELHO (2006), em “Diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773”<sup>12</sup>, afirmam ser de 1775 a “Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goyaz” (fig. 1 mapa 5), mandada fazer por José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho, da mesma forma, sem nada falar sobre seu autor.

## II. 2 - 1751 - Primeira Carta da Capitania de Goiás, pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina

Em 1750, para elaboração da Carta Geográfica da Capitania de Goiás, logo após o seu desligamento da Capitania de São Paulo, foi escolhido “o medidor de terras e abridor de caminhos oficiais” Francisco Tosi Colombina, cartógrafo, explorador, geógrafo e engenheiro militar.<sup>13</sup> Em texto manuscrito e assinado, “Primeira carta da Capitania de Goiás, pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina, 1751” (fig. 1 mapa 6), o cartógrafo esclarece que, na elaboração do documento, reuniu e organizou informações de viajantes e sertanistas, em complementação ao conhecimento adquirido em suas viagens e experiências pessoais. Citou as fontes de cada trecho desenhado, desculpou-se por erros que poderiam surgir e, ao mesmo tempo em que afirmou ter a intenção de fazer outro mapa com mais detalhes, cobrou a autorização para a abertura do novo caminho de Vila Boa até a cidade de São Paulo e a Vila de Santos.

“Colombina e outros propuseram abrir uma estrada de carros de S. Paulo para Cuiabá, passando pela capital de Goiás, e requereram a concessão do privilégio do seu rendimento por espaço de dez anos, e uma sesmaria de três em três léguas em toda a extensão da projetada via de comunicação. Foi essa pretensão deferida por provisão de 6 de dezembro de 1750. Era uma idéia gigantesca, para poder ser nessa época levada a efeito. O privilégio caducou por nunca terem os empresários podido organizar a companhia que se devia encarregar desses trabalhos, e levantar os capitais que se faziam necessários para execução das obras”<sup>14</sup>.

O mapa traz informações e rotas, tanto terrestres quanto fluviais, que ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, ao Centro-Oeste. Assinala, também, os rios, córregos e outros marcos naturais da região. Assim como na “Carta da Capitania de Goyaz” (fig. 1, mapas de 1 a 5), na Carta finalizada por Tosi Colombina, em 1751, a área onde se encontra o atual DF é uma mancha em branco e o itinerário marcado nas proximidades registrou apenas os arraiais de Santa Luzia e Meia Ponte. Relembramos que, dezessete anos antes, em diário manuscrito, o tropeiro José da Costa Diogo relatou sua viagem e de seus companheiros por São João das Três Barras, ao norte do DF.<sup>15</sup> O “Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará” (fig. 1 mapa 7), catalogado pela Biblioteca Nacional do Rio de

<sup>10</sup> COSTA (org.) (2005, p. 45). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. p. 45.

<sup>11</sup> COSTA (org.) (2007, p.150). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. p.150.

<sup>12</sup> PINHEIRO; COELHO (orgs.) (2006, p. 11, 146). *O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773*. p. 11, 146.

<sup>13</sup> Colombina foi contratado pelo Marquês de Pombal e estava a serviço do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos.

<sup>14</sup> ALENCASTRE (1979, p.124). *Anais da Província de Goiás: 1863*. p.124.

<sup>15</sup> ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO (2006). *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*.

Janeiro, não traz identificação nem de seu autor, nem de sua data. Mas, uma comparação com o mapa de Tosi Colombina, de 1751, surpreende pela similaridade. A grande diferença se dá pelo carimbo no canto inferior esquerdo, que no mapa de Colombina traz um texto manuscrito e assinado pelo autor com instruções para a leitura do mapa, descrevendo cada itinerário ao longo dos caminhos e registrando cada cidade, vila, fortaleza, arraial com freguesia, arraial sem freguesia, sítios e a capital, no total de quarenta e nove localidades. No mapa disponibilizado digitalmente pela Biblioteca Nacional<sup>16</sup>, neste exato local está o nome do mapa. Demais detalhes significativos são representados igualmente.

## **II. 3 - 1778 – Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> sr. Joze de Almeida de Vasconselos de Soveral e Carvalho Governador e Capp. Gn. da dita Capitania do dia 26 de julho de 72 athe maio de 78**

A “Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup>Sr. Joze de Almeida de Vasconselos de Soveral e Carvalho Governador e Capp. Gn. da dita Capitania do dia 26 de julho de 72 athe maio de 78”, também conhecida por “Mapa dos Julgados” tinha a preocupação de delimitar o âmbito dos Julgados goianos, vale dizer, dos territórios municipais da época<sup>17</sup>. O mapa de Thomas de Souza registrou a Capitania de Goiás no auge de sua expansão no séc. 18. Nas quatro fontes consultadas (fig. 1, mapas de 8 a 11), apesar desse mapa não ser assinado, há consenso em ser Thomas de Souza Villa Real, Sargento Mor do Regimento de Cavalaria, o seu autor e que tenha sido concluído em 1778, ano em que o Barão de Mossâmedes<sup>18</sup> deixou o governo da Capitania de Goiás. Soveral e Carvalho deixou registrado em diário o roteiro das jornadas de suas operações de reconhecimento pela Capitania de Goiás, quando cruzou as terras do Planalto Central. O Barão registrou tanto sua primeira jornada, em 1772, quando saiu do porto da cidade do Rio de Janeiro até Villa Boa, descrevendo detalhadamente todo o roteiro percorrido; quanto o diário da 2<sup>a</sup> marcha de inspeção e providências, em 1773, quando percorreu em operações de reconhecimento a Capitania de Goiás. Nessas viagens se fez acompanhar pelo ajudante-de-ordem Thomas de Souza Villa Real, escriba e geógrafo, que assinalou no Mapa dos Julgados o itinerário percorrido durante as expedições. A “Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goyaz”, de Thomas de Souza, reproduziu as fronteiras da Capitania de Goiás, dividiu a Capitania em 13 Julgados, representou o relevo e a rede hidrográfica da região e assinalou a capital, os arraiais com freguesia, os arraiais sem freguesia, as aldeias e as estradas que cruzavam a região. Três caminhos distintos se entroncavam em Meia Ponte, a partir daí, unificados, continuavam até Vila Boa de Goiás e seguiam rumo a Cuiabá. A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Paracatu, Arrependidos, Santa Luzia, Ponte Alta – no ângulo sudoeste do Distrito Federal, Santo Antonio dos Montes Claros (atual Santo Antonio do Descoberto), Macacos, Corumbá e, depois, Meia Ponte. A estrada que vinha da Bahia chegava ao Distrito Federal pelo extremo nordeste – Couros – cortava a região da Vila do Mestre d’Armas, seguia por Sobradinho, passava por São João das Três Barras, pela Chapada da Contagem, até sair, a oeste, ao encontro de Meia

<sup>16</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. [www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm](http://www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm).

<sup>17</sup> BERTRAN (org.) (1996, p. 101). *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. t. 1, p. 101.

<sup>18</sup> José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho foi governador das Minas dos Goyazes por seis anos, a partir de 1772, tendo sido nomeado pelo Marquês de Pombal, que o agraciou com o título de Barão de Mossâmedes.

Ponte. Tudo leva a crer que o itinerário que entrava no DF por Couros tenha sido o mesmo percorrido por José da Costa Diogo, cerca de quatro décadas antes.

No mesmo ano em que o Mapa dos Julgados foi concluído, 1778, Cunha Menezes saiu com sua comitiva de Salvador pela estrada salineira da Bahia e chegou a Vila Boa, capital da Capitania de Goiás em 15 de outubro<sup>19</sup>. Registrou a viagem que empreendeu pelos sertões no manuscrito *Jornada que fez Luis da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de agosto, e desta no dia 2 de Setembro para Vila Boa Capital de Goyaz aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778*. Conforme ele mesmo contou em sua jornada, atravessou o território do atual Distrito Federal:

“Da Bandeirinha a Contage de São João das Três Barras (10/10) - 11 léguas a saber ao Sítio Novo 2 - ao Pipiripao 1 ½ - ao <. D’Aramas 2 ao pro no chega a cair neve, tem muito boas frutas principalmente de coquinho s à Vendinha 9 léguas (11/10) a saber ao Couro 2, ao Rudiador 4, e 3 a Vendinha, água de fonte excelente, o ar muito temperado, bons campos por tabuleiros cobertos, chapadas por entre fazendas e roças”<sup>20</sup>.

O governador entrou no atual Distrito Federal pelo extremo nordeste e atravessou toda a porção norte do território. Começou pelo Sítio Novo, atravessou o Pipiripau e chegou ao Mestre d’Armas. Continuou andando na direção oeste e passou por Sobradinho, a seguir por Três Barras - hoje em área pertencente ao Parque Nacional -, cruzou a Contagem e alcançou a Vendinha, de onde virou para o sul, rumo a Meia Ponte. A toponímia dos sítios e acidentes naturais descritos ao longo de sua jornada nos permite desvendar o percurso percorrido pelo viajante. Assim como o fizeram anteriormente José da Costa Diogo (1734) e o Barão de Mossâmedes (1773), Cunha Menezes (1778) chegou pela Estrada Real que vinha da Bahia e cruzava toda a porção norte do DF.

#### II. 4 - 1831 a 1834 - Karte von Brasilien - Dr. Pohl u. Johann Natterer

A “Karte von Brasilien”, Carta do Brasil, que registrou as expedições pelo país dos naturalistas austríacos Johann Pohl e Johann Natterer, representou o relevo e a rede hidrográfica e assinalou capitais e vilas. Entre os mapas estudados, somente este e o primeiro mapa da Comissão Cruls, de 1893, reproduziram todo o território do Brasil e não apenas a capitania de Goiás, com, no máximo, suas áreas limítrofes. Em função da área abrangida, poucos são os detalhes sobre a região do Planalto Central, não sendo possível perceber com clareza sequer os limites das Capitânicas de Goiás e de Minas Gerais. O mapa contém algumas imprecisões geográficas, entre 15º e 17º de latitude, assinalando, por exemplo, que a cidade de “Bomfim”, hoje Silvânia, está mais ao norte do país do que a cidade de Goiás. Curiosamente, no trajeto percorrido por Pohl está grafado um sítio com o nome de “Barra”, ao que tudo indica nos limites do futuro Quadrilátero Cruls. Seria São João das Três Barras? Conforme registros históricos, entre os dois naturalistas, Pohl foi o que mais se aproximou dos limites do atual DF, em seu ângulo sudoeste. Nas duas fontes consultadas (fig. 1, mapas de 12 e 13), não há informações sobre a autoria do mapa, nem da data em que foi confeccionado. Tudo leva a crer que tenha sido elaborado entre 1831 a 1834. Não poderia ser anterior a 1831, pois registrou a oitava expedição de Natterer, de junho de 1830 a agosto de 1831. E, por outro lado, não registrou as duas últimas expedições do

<sup>19</sup> Luis da Cunha Portugal e Menezes, fidalgo português, foi o quinto Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás, de 1778 a 1783, e documentou uma grande quantidade de informações geográficas e históricas sobre a Capitania.

<sup>20</sup> BERTRAN (org.) (1996, p. 70). *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. t. 2. p. 70.

naturalista: a nona, expedição de agosto de 1831 até 1834 e a décima, em 1835. COSTA<sup>21</sup> (2005), ao se reportar à Carta do Brasil, cita apenas o registro da expedição empreendida por Pohl, cerca de quatro anos, e não menciona Natterer. A segunda fonte consultada<sup>22</sup> resgata a história desse incansável explorador Johann Natterer, que, no século XIX, passou quase vinte anos embrenhado no território brasileiro, na mais longa expedição realizada por um pesquisador estrangeiro no Brasil<sup>23</sup>. Viajou pelo interior do país, passando pelas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Amazonas e Pará e coletou o maior acervo biológico reunido por uma única pessoa no país.

## **II. 5 - 1836 – Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus Itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836**

Na Carta Corográfica de Goiás, Cunha Matos<sup>24</sup> emendou em mais de três mil pontos diferentes os antigos mapas manuscritos da Província. O Governador das Armas de Goyaz não fez explorações por terras desertas, transitou apenas pelas estradas gerais de Goiás e demonstrou ter conhecimento dos escritos e descrições da região produzidos por outros viajantes, como o Barão de Eschwege; Saint-Hilaire; Pohl; Natherer; Spix e Martius. Cunha Matos descreveu o caminho que cortava a região do atual Distrito Federal<sup>25</sup>, sendo que a maioria dos nomes dos lugares e dos marcos naturais registrados, tanto nos itinerários quanto em sua Corografia da Província de Goiás, se mantém até os dias de hoje: Ponte Alta, Guariroba, Rodeador, rio Torto, rio São Bartolomeu, rio Corumbá, São João das Três Barras, Sobradinho, ribeirão Sobradinho, Mestre d'Armas, etc.; não deixando dúvidas quanto às estradas reais que cruzavam o Planalto Central atravessarem a região do atual DF<sup>26</sup>. Os sítios inseridos nos limites do atual território do DF e assinalados no mapa elaborado por Cunha Matos, em 1826, eram: Sítio Novo, Mestre d'Armas, Sobradinho, São João e Rodeador. Esses nomes foram recorrentes nos relatos de viajantes que o precederam: José da Costa Diogo, em 1734; o Barão de Mossâmedes, em 1773; e o Governador Cunha Menezes, em 1778. O Dossiê de Goiás<sup>27</sup> apresenta a “Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz” (fig. 1 mapa 14) como tendo sido produzida em 1825. COSTA<sup>28</sup> (2007) cataloga a Carta como sendo de 1836 (fig. 1 mapa 15) e traz a seguinte nota: “As marchas do General Cunha Mattos vão marcadas em linha unida. As outras Estradas vão em linha ponteadada. Escala de 18 legoas em um grao. Lith. Archivo Militar 1875”. Segundo COSTA<sup>29</sup> (2007), os documentos cartográficos produzidos

<sup>21</sup> COSTA (org.) (2005, p. 133). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. p. 133.

<sup>22</sup> RIEDL-DORN (1999). *Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil*.

<sup>23</sup> Johann Natterer (1787-1843) chegou ao Brasil na Missão Científica Austríaca, como parte da comitiva da princesa Leopoldina, prometida em casamento ao príncipe D. Pedro I. A façanha do naturalista, que trabalhou sem parar de 1817 a 1835, colhendo mais de 50 000 exemplares de animais e amostras de plantas, impressiona os estudiosos até hoje. Em 1848, ano da revolução austríaca, um incêndio consumiu parte expressiva da coleção de Natterer.

<sup>24</sup> Cunha Matos assumiu o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás, tanto as militares quanto as civis, foi eleito deputado por Goiás nas duas primeiras legislaturas do Império e, entre suas obras publicadas, escreveu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás e dos roteiros desta província às de Mato Grosso e S. Paulo* (1836).

<sup>25</sup> O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos partiu do Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1823, e chegou a Vila Boa de Goiás, cruzando o território do atual Distrito Federal, em 16 de junho do mesmo ano. Entrou em terras goianas no dia 28 de maio, veio pelo “caminho do correio de Goiás”, que propiciava a mais direta comunicação entre os sertões do oeste de Minas e o norte de São Paulo com os antigos e os novos povoados agrícolas e pecuários, no sul e sudeste de Goiás.

<sup>26</sup> MATOS (2004, p. 311-312). *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão ...* p. 311-312.

<sup>27</sup> IPHAN; FUNPEL (2000). *Dossiê de Goiás*.

<sup>28</sup> COSTA (org.) (2007, p.242). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. p. 242.

<sup>29</sup> COSTA (org.). (2007, p.168). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. p. 168.

no início do período imperial para algumas províncias constituíam apenas cópias não atualizadas de documentos do período colonial. Cita como exemplo a Carta de Cunha Matos, onde o território do Sertão da Farinha Podre, oficialmente denominado como Julgado do Desemboque e atualmente conhecido como Triângulo Mineiro, ainda aparece fazendo parte de Goiás, apesar de ter sido produzido após a independência – 1826, e o território ter passado a pertencer à Província de Minas Geraes em 1816, por determinação de D. João VI.

## II. 6 - 1875 – Mapa do Estado de Goyaz

O “Mapa do Estado de Goyaz”, 1875 (fig. 1 mapa 16), parte integrante de “Goyaz”<sup>30</sup>, por Taunay<sup>31</sup>, reproduziu as fronteiras do estado, o relevo e a rede hidrográfica. O mapa, sem escala, também registrou distintamente, conforme sua legenda, a capital, cidades, villas, povoados e estradas de rodagem. Ao cartografar o Estado de Goiás, designou pela primeira vez, em relação aos relatos e à cartografia produzida pelos viajantes que o precederam e que são objeto desse estudo, a então cidade de Meia Ponte como Pirenópolis e a vila de Couros como Formosa, nomes pelos quais são conhecidas ainda hoje. De toda forma, muitos dos nomes dos lugares e dos marcos naturais que registrou na área aonde seria demarcado duas décadas depois o Quadrilátero Cruls repetem referências utilizadas por viajantes que antecederam a publicação do seu trabalho: Lagoa Formosa, Lagoa Feia, Rio Maranhão, Santa Luzia e Corumbá – as duas últimas assinaladas como cidade e Mestre d’Armas – marcada como vila. Para os nossos dias poucas foram as alterações na toponímia usada, Santa Luzia passou a se chamar Luziânia e Mestre d’Armas é a cidade de Planaltina, todos os outros nomes ainda se mantêm os mesmos.

## II. 7 - 1889 – Carta do sul de Goyaz e triangulo mineiro por Oscár Leal segundo as cartas existentes e observações próprias

Oscar Leal<sup>32</sup>, cronista viajante, se revelou cartógrafo ao confeccionar a “Carta do sul de Goyaz e triangulo mineiro por Oscár Leal segundo as cartas existentes e observações próprias”, mas, infelizmente, não deixou indicado o itinerário percorrido<sup>33</sup>. No mapa (fig. 1 mapa 17), sem escala nem legenda, representou o relevo e rede hidrográfica da região, bem como, a capital do estado de Goiás, cidades, vilas e povoados. Nos limites do Quadrilátero Cruls indicou a presença de ocupação apenas da Vila do Mestre d’Armas. Já tendo iniciado a viagem, o cronista carioca encontrava-se em Uberaba durante os grandes festejos na inauguração do trecho entre Jaguará e Uberaba da linha férrea Mogiana – que daí a três anos traria a Missão Cruls ao Planalto Central – ligando a cidade a São Paulo e ao litoral.

<sup>30</sup> TAUNAY (1931). Goyaz.

<sup>31</sup> Alfred d’Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay, foi eleito deputado por Goyaz em 1872 e reeleito em 1875.

<sup>32</sup> Em 1889, pela segunda vez, Oscar Leal partiu de São Paulo com destino aos sertões do Brasil Central numa peregrinação que durou um ano e dez meses, registrando suas experiências em “Viagem às Terras Goyanas (Brasil Central)”.

<sup>33</sup> LEAL (1980, p. 256). *Viagem às terras goyanas (Brasil Central)*. p. 256.

“Goyaz é um estado do Brazil para o qual devem desde já convergir todos os olhares e múltiplas são as causas que para isso concorrem. As riquezas naturaes que possui, a uberidade de uma grande parte do seu solo e sobretudo o seu ameno clima, devem dentro em pouco attrahir o emigrante. É lá que se encontra o famoso planalto, onde será edificada, talvez brevemente, a futura capital federal”<sup>34</sup>.

Em suas anotações, o cronista demonstrou ter conhecimento sobre diversos trabalhos produzidos por outros viajantes que igualmente andaram por Goiás, como Saint-Hilaire, em 1819; Cunha Matos, em 1823; Couto Magalhães, em 1823 e Virgílio Franco<sup>35</sup>, de 1876 a 1878. Franco<sup>36</sup> viajou mais de 200 léguas em lombo de burro pelo interior da Província de Goiás. Em seu relato de viagem, descreve diversos locais nas imediações do atual Distrito Federal, já trilhados e registrados em mapas por outros viajantes como, por exemplo, a Villa Formosa ou Couros, Santa Luzia, Corumbá e Meia Ponte. Cita os marcos naturais da região, como Lagoa Feia, Lagoa Formosa, rio maranhão, rio São Bartolomeu, e destaca a incontestável salubridade e doçura do clima da serra geral, onde “o illustre Barão de Porto Seguro<sup>37</sup> alli esteve no planalto daquellas montanhas”<sup>38</sup>.

## II. 8 - 1892 - Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls

Em 1892, o Tenente Hastimphilo de Moura, engenheiro e ex-aluno do astrônomo Luiz Cruls na Escola Superior de Guerra do Exército, participou da Expedição no Planalto Central e durante sete meses de viagem escreveu diários com o relato das atividades da Missão Cruls<sup>39</sup>. O segundo diário, que se iniciou em 15 de outubro de 1892, em sua primeira folha, reproduz um mapa cartográfico do Quadrilátero Cruls (fig. 1 mapa 18), feito à mão, de autoria do próprio Hastimphilo, com a marcação do trajeto da picada que saía de Mestre d’Armas, em direção ao sudoeste, até chegar a Santa Luzia. Este mapa colorido, sem escala, registrou ainda, locais visitados, rios e lagoas. Em seus diários de campo, Moura nos permite acompanhar o itinerário percorrido pela equipe de demarcação no território do DF, visto serem familiares os nomes e as referências que utiliza. O reconhecimento da região se dá principalmente pela toponímia, que se mantém desde o séc. XVIII em diversos lugares do Planalto Central:

“Em 24 (sábado). Permanecemos hoje ainda aqui (Papuda) para irmos ao rio São Bartholomeu e ao Gama (seu afluente). A fazenda é de belo aspecto e agradável, mas os seus donos (Juca Meireles e irmão) é que muito deixaram a dezejar (...). Em 25 (domingo). De Rajadinha para ca temos atravessado regiões belíssimas e offerecendo muitas vantagens para serem convertidas em centros povoados e hoje vimos locaes que optimamente se prestão para edificação de cidades belas. (...)”<sup>40</sup>.

<sup>34</sup> LEAL (1980, p. xi). *Viagem às terras goyanas (Brazil Central)*. p. xi.

<sup>35</sup> FRANCO (1888). *Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz*.

<sup>36</sup> Virgílio Martins de Melo Franco, magistrado imperial, foi Juiz de Direito na Província de Goiás em Vila de Conceição do Norte, hoje pertencente ao Estado do Tocantins (1876), Trairas, hoje Niquelândia (1876), Meia Ponte, hoje Pirenópolis (1877) e na capital Vila Boa, hoje Cidade de Goiás (1878).

<sup>37</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, defendeu a interiorização por 43 anos e seus discursos ajudaram a consolidar no ideário político nacional a intenção de uma capital no interior. Ele partiu do Rio de Janeiro, em 1877, e empreendeu uma viagem a cavalo ao Centro-Oeste brasileiro, estabelecendo-se na Vila Formosa. Sugeriu como local para a construção da futura capital o local aonde, 83 anos depois, iria se instalar Brasília.

<sup>38</sup> FRANCO (1888, p. 58-59). *Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz*. p. 58-59.

<sup>39</sup> O precioso material, que guarda a memória da Expedição, é composto de seis cadernetas, sendo que apenas duas foram objeto de um trabalho de transcrição paleográfica e digitalização, constando, além do texto, de um mapa cartográfico do Quadrilátero Cruls.

<sup>40</sup> MOURA (s/d). *Diário de Hastimphilo de Moura: 1892*.

## II. 9 1893 – Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Districto Federal, Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, 1893

De 1892 até 1896, Luiz Cruls<sup>41</sup> chefiou as primeiras expedições científicas no Planalto Central organizadas especificamente para estudar, identificar, demarcar e executar procedimentos ligados à transferência da Capital. Conhecida como Missão Cruls, a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” era constituída por 22 membros entre cientistas e práticos – desses dezesseis oficiais do Exército ou funcionários do Ministério da Guerra –, saiu de trem do Rio de Janeiro, passou por São Paulo e Minas Gerais chegando até Uberaba, ponto final da linha férrea da Companhia Mogiana. A partir daí, seguiram, homens e equipamentos, em lombo de mulas e cavalos, numa marcha de quinze a vinte quilômetros por dia. A demarcação propriamente dita foi empreendida em sete meses de trabalho, de 1892 a princípios de 1893, período em que as quatro equipes percorreram mais de quatro mil quilômetros. Os trabalhos abordaram a topografia, o clima, a hidrologia, a geologia, a fauna, a flora, a pedologia, os recursos minerais e os materiais de construção existentes na região e resultou na delimitação de 14.400 km<sup>2</sup> de terra na forma de um retângulo – conhecido como Quadrilátero Cruls, de 160 km por 90 km. Em 1894, os estudos foram compilados no “Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” e entregues ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Ainda em 1894, com o sucesso da Missão Cruls, foi criada a “Comissão de Estudos da Nova Capital da União” encarregada de prosseguir os trabalhos ligados à transferência da Capital, sob o comando do mesmo chefe, Luiz Cruls, e integrada por quase todos os antigos membros, tendo os estudos técnicos durado cerca de 18 meses. Em 1896, foi entregue ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas o Relatório parcial dessa segunda Comissão<sup>42</sup>. Segundo Cruls<sup>43</sup>, a região demarcada pela Comissão tinha sido, até então, pouco estudada, tanto pelos brasileiros como pelos exploradores estrangeiros:

“Sem receio de errar, podemos asseverar que bem pequeno é o número de brasileiros que a conhecem sob este ponto de vista e, quanto aos exploradores estrangeiros, bem poucos são aqueles que a tenham convenientemente explorado. Isto se explica facilmente, pois, procurando geralmente, e de preferência, os vales onde correm os grandes rios, seus itinerários deixaram, na maior parte, de cortar a região mais característica do planalto central do Brasil”.

No texto do Relatório Cruls foram poucas as citações referentes aos pousos e fazendas visitados pelos membros da Expedição, embora os mapas produzidos ao longo dos trabalhos confirmem que a Comissão encontrou a região do atual DF demarcada por fazendas. Pela toponímia desses locais e dos marcos naturais levantados podemos reconhecer diversos lugares ainda hoje existentes: Formosa, Mestre d’Armas, rio Saia Velha, rio torto, rio Sobradinho, Lagoa Feia, rio Maranhão, Três Barras, Sobradinho, Rajadinha, Papuda, Samambaia, Ponte Alta, etc. A base cartográfica produzida pela equipe da Missão Cruls, bastante detalhada e precisa, serviu como referência para os estudos desenvolvidos por todas as comissões e grupos de trabalhos que a sucederam no levantamento de dados sobre o Planalto Central, até a mudança da Capital, cerca de setenta anos depois. O Mapa produzido pela “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”, em 1893, pela primeira vez indicou a posição da zona demarcada para ao futuro DF, o Quadrilátero Cruls (fig. 1 mapa 19).

<sup>41</sup> Engenheiro militar e astrônomo belga naturalizado brasileiro, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

<sup>42</sup> CRULS (1957, p. 323). *Planalto Central do Brasil*. p. 323.

<sup>43</sup> CRULS (1957, p. 106). *Planalto Central do Brasil*. p. 106.

## **II. 10 - 1894 – Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão**

Em 1894, foi confeccionado outro mapa do Brasil (fig. 1 mapa 20), que mostrou a posição do Quadrilátero Cruls, assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão. Do mesmo modo como foram marcados no Mapa dos Julgados, cento e dezesseis anos antes, esses caminhamentos reproduzem três caminhos distintos que se entroncavam em Meia Ponte e, unificados, continuavam até Vila Boa de Goiás, de lá seguindo rumo a Cuiabá. A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Paracatu, Arrendidos, Santa Luzia, Ponte Alta – no ângulo sudoeste do DF, Santo Antonio dos Montes Claros (atual Santo Antonio do Descoberto), Macacos, Corumbá e, depois, Meia Ponte. A estrada que vinha da Bahia entrava no DF pelo extremo nordeste – Couros; cortava a região da Vila do Mestre d’Armas; seguia por Sobradinho; passava por São João das Três Barras; pela Chapada da Contagem; até sair, a oeste, ao encontro de Meia Ponte.

## **II. 11 1894 – Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa**

Antonio Pimentel<sup>44</sup> publicou o livro “A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brazil”, em 1894, onde gravou suas impressões das viagens realizadas pela região do Planalto Central e fez apaixonada defesa do ideal mudancista, ao qual se engajou de forma definitiva. O livro reproduz o “Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa” (fig.1 mapa 21). Este mapa colorido, na escala de 1:500.000, registrou distintamente, conforme legenda, altitudes expressas em metros, itinerários, rios e lagoas inseridos no Quadrilátero Cruls. Nele é possível ver com clareza, os três percursos principais que faziam os viajantes, nos sécs. XVIII e XIX, ao cruzar o território do atual DF. A Estrada Real entrava no DF a leste, por Formosa, seguia até a Villa do Mestre d’Armas, em Planaltina, atravessava Sobradinho, depois a Chapada da Contagem, até sair, a oeste, pela Região de Brazlândia, rumo a Pirenópolis. Existiam também duas picadas que levavam a Santa Luzia, hoje Luziânia. A primeira, na altura da Villa do Mestre d’Armas, descia para sudoeste, atravessando o ribeirão Pipiripau, ribeirão Sobradinho, rio Paranaua, ribeirão Taboca, ribeirão Papuda, rio Mesquita, rio Saia Velha, até encontrar Santa Luzia. A outra, na altura do pouso do Chico Costa, porção oeste do Distrito Federal, região de Brazlândia, descia a sudeste, cortando o rio Jatobá, rio das Pedras, ribeirão Guariroba, rio Ponte Alta, rio Alagado, ribeirão Paiva, rio Santa Maria, para também chegar a Santa Luzia. O mapa também registrou o Chapadão do Visconde do Porto Seguro<sup>45</sup> e indicou a presença de poucos assentamentos humanos e fazendas na região. No trajeto da estrada real foram citados a Villa do Mestre d’Armas, Sobradinho, Fazenda da Contagem, e pouso do Chico Costa. Ao longo da picada que descia a sudoeste, além da Villa do Mestre d’Armas só foram nomeados o pouso Barreiros, nas margens do ribeirão S.

<sup>44</sup> Em 1892, o médico-higienista fluminense Antonio Martins de Azevedo Pimentel, como membro da Expedição da Comissão Cruls no Planalto Central, analisou as águas medicinais do Planalto, os aspectos meteorológicos e patológicos; apresentou tabelas e dados estatísticos relativos ao clima e às enfermidades planaltinas. Ele se deteve, também, em descrições topográficas e em especulações quanto à riqueza mineral, à geologia e à hidrografia.

<sup>45</sup> Assim denominado pela Comissão Cruls em homenagem ao historiador Varnhagen, hoje Chapadão do Pipiripau.

Anna e o Arraial do Mesquita. Na outra picada, constou apenas o pouso do Chico Costa. Isso não significa a inexistência de outras fazendas dentro da área pesquisada, considerando que outro mapa produzido pela Missão Cruls, em 1895, de autoria de Henrique Morize, nomeou quantidade considerável de fazendas. A toponímia dos sítios e acidentes naturais assinalados, bem como o mapa confeccionado, confirmam, novamente, que muitos viajantes que se aventuraram pelo Planalto Central, nos séc. XVIII e XIX, percorreram a Estrada Real que cortava ao norte todo o território do atual DF. Assim foi com José da Costa Diogo, em 1734; o Barão de Mossâmedes, em 1773; o Governador Cunha Menezes, em 1778; e o Brigadeiro Cunha Matos, em 1823.

## **II. 12 - 1895 - Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada**

Em 1895, foi produzido mapa dos itinerários levantados, com a zona demarcada e da constituição geológica da região explorada (fig. 1 mapa 22). Em escala de 1:1.000.000, colorido, indicou no Planalto Central o Quadrilátero Cruls e, conforme legenda, a capital do estado de Goiás; cidades; vilas e povoados; jazidas de ouro, diamante e ferro; a rede hidrográfica e os itinerários que cortavam a região. Os itinerários tinham como seus pontos extremos as cidades de Uberaba e Goiás e a Chapada dos Veadeiros. Com base na cartografia produzida, é possível reconhecer os três percursos principais dos viajantes dos sécs. XVIII e XIX, nos limites do DF. Dois desses percursos cruzavam o território do DF e se encontravam em Santa Luzia, hoje Luziânia. Um itinerário partia da Vila do Mestre d'Armas e descia à sudoeste e o outro, saindo do pouso Chico Costa descia rumo ao sul. O principal percurso era a Estrada Real propriamente dita que cortava a região em sua porção norte: vinha de Formosa, a leste do DF, seguia até a Vila do Mestre d'Armas, em Planaltina, passava por Sobradinho, Chapada da Contagem até sair a oeste, pelo pouso do Chico Costa. Esse trajeto foi o mesmo percorrido por José da Costa Diogo, em 1734; foi explorado pelo Barão de Mossâmedes, em 1773, e depois assinalado por Tomas de Souza, no Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás, em 1778; foi o caminho trilhado pelo Governador Cunha Menezes em sua jornada no Planalto Central, em 1778; e, também, foi por onde andou o Brigadeiro Cunha Matos, em 1823, que registrou seus itinerários em sua "Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz", publicada em 1836.

## **II. 13 1895 - Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895**






O astrônomo Morize<sup>46</sup> chefiou uma turma da Missão Cruls e em seu Relatório citou os pousos e fazendas por onde a equipe passou ao realizar o levantamento dos caminhamentos<sup>47</sup>. Ao descrever com maiores detalhes uma das fazendas da região, veio reforçar o depoimento de outros membros da Comissão e de diversos historiadores quanto à pecuária ser uma das principais atividades locais, o que resultava em intensa

<sup>46</sup> Em 1892, o astrônomo francês naturalizado brasileiro Henrique Carlos Morize acompanhou Luiz Cruls na "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil". Além de cientista, responsável pela demarcação de um dos vértices do Quadrilátero Cruls, Morize produziu um importante acervo iconográfico na Missão Cruls, como autor das diversas fotografias que registraram a os trabalhos da Expedição e, ainda, foi o responsável pelo desenho dos principais mapas elaborados pela Comissão, divulgados em todo o país. Morize assumiu a direção do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro com o falecimento de Luiz Cruls. MOURÃO. *Luiz Cruls: o homem que marcou o lugar*. p. 42-43.

<sup>47</sup> CRULS (1957, p. 118-128). *Planalto Central do Brasil*. p. 118-128.




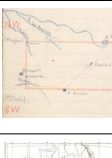


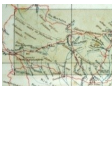

troca comercial com outras regiões. É possível, a partir dessas informações, supor que o Planalto Central era recortado por uma quantidade razoável de fazendas e que existiam estradas cortando o território, com um importante papel nas transações comerciais à época<sup>48</sup>. Em fins de 1895, Morize confeccionou mapa do Quadrilátero Cruls compilando informações de todos os membros da Comissão (fig. 1 mapa 23). Esse mapa mostrando o adiantamento dos trabalhos topográficos realizados, além de detalhar toda a rede hidrográfica, nomeou quarenta e nove fazendas, pousos ou arraiais, confirmando, mais uma vez, que a região era toda demarcada por fazendas. No perímetro do atual DF, foram expressamente citados quinze sítios: Fazenda Desterro, Chico Costa, Fazenda Glória, Fazenda Boa Vista, Fazenda Ten. Camello, Fazenda da Papuda, Benedito Cabeça, Fazenda Sobradinho, Fazenda Rajadinha, Fazenda da Vargem, Fazenda Jardim, Arraial Burity Vermelho, Fazenda Lagoinha, Fazenda Fartura e Villa do Mestre d'Armas. O fato dos nomes de vários sítios e acidentes naturais citados terem se repetido ao longo dos relatos de diversos cronistas, que exploraram o Planalto Central em épocas diferentes, dá, mais uma vez, veracidade ao itinerário registrado pelos viajantes.

## II. 14 - Fig. 1 – Quadro dos documentos cartográficos analisados e comparados

Mapa	Documento cartográfico	Imagem	Data	Autor	Fonte consultada	Arquivo ou depósito legal	Viajantes
1	Carta da Capitania de Goyaz por Antonio Cardoso.		1749	Antonio Cardoso Secretário da Capitania	IPHAN & FUNPEL Dossiê de Goiás. Goiânia, 2000.	Arquivo Ultramarino de Lisboa	Antonio Cardoso
2	Mapa da Capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas.		1751	Tossi Colombina	ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO. Viagem pela Estrada Real dos Goyazes. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 74.	s/i*	Tossi Colombina
3	Mapa da Capitania de Goiás		1753	s/i	COSTA (org.). Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005. p. 45.	AHU Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate	s/i
4	Mapa da Capitania de Goiás.		1753	s/i	COSTA (org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 150.	AHU Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate	s/i
5	Carta ou Plano geográfico da Capitania de Goyaz mandado fazer pelo barão de Mossâmedes.		1775	s/i	PINHEIRO; COELHO (orgs.). O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006. p. 11, 146.	Cópia existente no Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central - IPEHBC/GO	José Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho

<sup>48</sup> CRULS (1957, p. 122-123). *Planalto Central do Brasil*. p. 122-123.

6	Primeira carta da Capitania de Goiás, pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina, 1751.		1751	Francis-co Tosi Colombina	BERTRAN; FAQUINI. Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens. Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002, p.135.	Estado Maior do Exército, 1920. Coleção Paulo Bertran.	Francisco Tosi Colombina
7	Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará.		17-	s/i	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. <a href="http://www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm">www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm</a> .	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Morgado de Mateus.	s/i
8	Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal.		1778	Thomas de Souza	PINHEIRO; COELHO (orgs.). O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006. p. 147.	Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central - IPEHBC. Goiânia/GO.	José Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho.
9	"Mapa dos Julgados" da Capitania de Goiás.		1778	Tomás de Souza	ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO. Viagem pela Estrada Real dos Goyazes. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 73.	Cópias em arquivos nacionais.	José Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho,
10	A "Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas", ou "Mapa dos Julgados".		1778	Thomas de Souza	BERTRAN (org.). Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783. Goiânia: UCG: UFG; Brasília: Solo Editores, 1996. t.1 p.101.	Estado Maior do Exército, 1920. Coleção Paulo Bertran.	José Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho,
11	Carta da Capitania de Goiás no auge de sua expansão no séc. 18.		1778	Thomas de Souza	BERTRAN; FAQUINI. Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens. Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002. p.136-137.	Estado Maior do Exército, 1920. Coleção Paulo Bertran.	José Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho,
12	Karte von Brasilien. Dr. Pohl u. Johann Natterer. Carta com o registro do itinerário da expedição de Pohl		s/i	s/i	COSTA (org.). Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005. p.133.	Copyright Kapa Editorial	Johann B. Emanuel Pohl
13	Karte von Brasilien. Dr. Pohl u. Johann Natterer. Carta do Brasil, com o percurso das expedições de Pohl e Natterer		1831	s/i	RIEDL-DORN. Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil. Petrópolis: Editora Index, 1999. p. 10.	s/i	Johann B. Emanuel Pohl e Johann Baptist Natterer
14	Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da provincia de Minas Geraes - organizado por Cunha Mattos.		1825	Raimundo José da Cunha Mattos	IPHAN & FUNPEL. Dossiê de Goiás. Goiânia, 2000.	CEDOC / Exército - Brasília. Redesenha-do por Marco Antônio Galvão, 1990.	Raimundo José da Cunha Mattos

Mapa	Documento cartográfico	Imagem	Data	Autor	Fonte consultada	Arquivo ou depósito legal	Viajantes
15	Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da província de Minas Geraes - organizado por Cunha Matos.		1836	Cunha Matos Governador das Armas de Goyaz	COSTA (org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.173.	Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro.	Raimundo José da Cunha Matos
16	Mapa do Estado de Goyaz.		1875	Visconde de Taunay	TAUNAY. Goyaz. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1931. p.4A.	s/i	Visconde de Taunay
17	Carta do sul de Goyaz e triângulo mineiro por Oscar Leal.		1889	Oscar Leal	LEAL. Viagem as Terras Goyanas (Brazil Central). Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980. p. 257.	s/i	Oscar Leal
18	Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls.		1892	Hastimphilo de Moura	MOURA. Diário de Hastimphilo de Moura. Arquivo Público do Distrito Federal.	Arquivo Público do Distrito Federal.	Hastimphilo de Moura
19	Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Districto Federal. Comissão Cruls, 1893.		1893	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	CRULS. Planalto Central do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957. p. 44-45.	s/i	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada por Luiz Cruls
20	Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão.		1894	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	s/i	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada por Luiz Cruls
21	Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal.		1894	Antonio Martins de Azevedo Pimentel	PIMENTEL. A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil. 2. ed. facsimilada. Brasília: Thesaurus, 1985.	s/i	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada por Luiz Cruls
22	Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada.		1895	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	s/i	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada por Luiz Cruls
23	Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895.		1895	Henrique Morize	CRULS. Planalto Central do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957. p. 334-335.	s/i	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada por Luiz Cruls

\* s/i = sem informação.

### III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande distância que separa Goiás do litoral, assim como suas especificidades históricas, resultou no estabelecimento de uma rede de antigas estradas coloniais e no desenvolvimento, especialmente nas fazendas goianas, de um estilo de vida peculiar com a adoção de soluções para os problemas que lhes eram próprios. Poucos são os estudos realizados sobre as fazendas antigas de Goiás e sua inserção no espaço geográfico e na paisagem local, o que dificulta, sobremaneira, resgatar e divulgar a memória da arquitetura rural e de técnicas construtivas. A cada dia, fazendas coloniais são destruídas ou abandonadas, trechos das antigas vias são desfeitos para dar lugar a estradas asfaltadas; matas nativas são substituídas pela monotonia dos eucaliptais e das pastagens; igrejas seculares são demolidas para dar lugar a insípidos templos, e se apagam os últimos vestígios dos caminhos reais. Segundo BERTRAN (2000)<sup>49</sup>, duzentos anos antes de Brasília, as principais vias de comunicação do Brasil colonial passavam pelas fronteiras do Parque Nacional de Brasília, hoje Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, uma Unidade de Conservação aprovada pela Unesco.

Tendo como recorte temporal o período que compreende do ano de 1749 até 1895, o trabalho busca lançar um olhar sobre os caminhos de ocupação no Planalto Central, particularmente nos limites do território do atual Distrito Federal, por meio da análise e comparação de treze documentos cartográficos, somando-se à leitura atenta do relato de treze cronistas ou viajantes que cruzaram a região, nos sécs. XVIII e XIX. A historiografia regional pode recompor diversos aspectos da vida social, política e econômica de comunidades com base em pesquisa no acervo de arquivos e instituições culturais, na cartografia histórica e nos relatos de viajantes. A redescoberta dos caminhos reais possibilita uma série de ações voltadas para a proteção do seu patrimônio cultural, a sua exploração econômica e a reafirmação da sua importância histórica.

### IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. (1979). *Anais da Província de Goiás: 1863*. Brasília: Sudeco, Editora Gráfica Ipiranga Ltda.; Governo de Goiás, 1979.
- BERTRAN, Paulo. (2000). *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.
- \_\_\_\_\_. (org.). (1996). *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. t. 1 e 2.
- BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. (2002). *Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens*. Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002.
- COSTA, Antonio Gilberto (org.). (2005). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- CRULS, Luiz. (1957). *Planalto Central do Brasil*. Coleção Documentos Brasileiros, 91. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957. (3ª ed.).

<sup>49</sup> BERTRAN (2000, p. 146). *História da terra e do homem no Planalto Central ...* p. 146.

- FRANCO, Virgílio Martins de Melo. (1888). *Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Superintendência do desenvolvimento do Centro-Oeste, Sudeco. Secretaria de Educação e Cultura. Fundação Cultural de Goiás. (1981). *Revista do Arquivo Histórico Estadual*, nº 03. Goiânia: Arquivo Histórico Estadual. Dezembro, 1981. p 160-162.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional & FUNPEL – Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira. (2000). *Dossiê de Goiás*. Goiânia.
- LEAL, Oscar. (1980). *Viagem às terras goyanas (Brazil Central)*. Coleção “Documentos Goianos”, 4. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. (2004). *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e São Paulo*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.
- MOURA, Hastimphilo de. (s/d). *Diário de Hastimphilo de Moura: 1892*. Brasília: Arquivo Público do DF.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. (2003). *Luiz Cruls: o homem que marcou o lugar*. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2003.
- PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. (1985). *A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1985. (2ª. ed. Fac-similada).
- PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (orgs.). (2006). *O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.
- RIEDL-DORN, Christa. (1999). *Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil*. Tradução de Mario P. C. R. Ladders e Maria Faro. Série dirigida e organizada por Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. Petrópolis: Editora Index, 1999.
- ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. (2006). *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. Colônia do Santíssimo Sacramento e seus mapas: 1680-1777. *Urbanismo de Origem Portuguesa* n.º 6. I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Outubro de 2006. Disponível em <http://revistas.ceurban.com/numero6/artigos/andreyrosenthalschlee.htm>. Acesso em 27/06/2009.
- TAUNAY, Visconde de. (1931). *Goyaz*. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1931.
- VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (2003). *Henrique Morize e o ideal de ciência pura na República Velha*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.